

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA

Primeira Revisão

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

Revisão Final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Antonio José Cacheado Loureiro
Camila Jatahy Araujo
Cristiane da Silva Pereira Medeiros
Raphael Nogueira Holanda Gouveia
Daniel Rabelo de Melo
David Henrique Lisboa Santiago
Bruno Jordano da Silva Brito
Eurico Dias Teixeira Neto
Evelton Cezar Bitencourt
Fernanda da Silva Pereira
Giêr Monteiro Memoria
Hélio dos Santos Júnior
Juvenal Cavalcante Portela
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Giêr Monteiro Memória
Henrique Raimundo do Nascimento
Fortaleza

Italo Jeffersson Fernandes Pacheco
Jarneson Barbosa Ferreira Batista
João da Silva Padilha
João Paulo Ribeiro da Silva
Johnattan Martins Pinheiro
José Adelson da Silva Miranda
Leandro Santos Gomes
Lincon de Oliveira Bernarde
Edigley Oliveira da Silva
Marcello Phillippe Aguiar Martins
Marcelo Travessa Guedes
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Tulio Diego De Almeida Monteiro
Victor Dias Noé Araújo

Comissão de revisores

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Adriel da Silva Santos
Aghata Gonçalves do Amaral Melo
Amanda leitão da Silva
Ana Belle Barcelos Faria
André Guilherme Oliveira Gentil
André Marques Araújo
Andrews Martins Siqueira
Bruna Maria da Silva Mota
Clodoaldo Matias da Silva
Denison Melo de Aguiar
Edinaldo Inocência Ferreira Junior
Elias Emanuel Lima de Melo
Elizabeth Ellen Santos Rocha
Emilly Victória Batista dos Santos
Ernesto Santos Coelho
Felipe Matheus de Assis Saraiva
Gabriel Imay Diaz
Giovanna Costa Novo Moreira
Gisele de Almeida Nascimento
Glenda Martins Monteconrado
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Inocência Ferreira Junior

João Gabriel de Souza Monteiro
Katy Anne da Silva Ferreira
Layse Oliveira de Castro
Luana Caroline Nascimento Damasceno
Lucas Emanuel Bastos Polari
Luciana Lima Conceição
Marcelo Damasceno Rodrigues
Maria Beatriz Carvalho de Alencar
Maria Clara Santana Barros de Oliveira
Paula Carolina Lobato da Cunha
Raissa Lima do Nascimento
Rian Carlos de Moraes Pereira
Rogério Ribeiro da Costa Sheila
Nascimento de Paula e Silva Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi
Sheila Nascimento de Paula e Silva
Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi

Comissão Organizadora

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Formatação

Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Primeira revisão

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Revisão final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

APRESENTAÇÃO

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis
Artigo Científico

**DIREITO PENAL AMBIENTAL E A PROTEÇÃO DE TERRITÓRIOS
 VULNERÁVEIS: O CASO DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI**

*ENVIRONMENTAL CRIMINAL LAW AND THE PROTECTION OF VULNERABLE
 TERRITORIES: THE CASE OF VALE DO JAVARI INDIGENOUS
 LAND*

Leovanio Castro Almeida¹
Denison Melo de Aguiar²
Neuton Alves de Lima³
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁴

1. INTRODUÇÃO

O meio ambiente é um bem jurídico de interesse coletivo e intergeracional, indispensável à qualidade de vida das presentes e futuras gerações. O Direito Penal Ambiental atua como instrumento de tutela do patrimônio ecológico, buscando prevenir e reprimir condutas lesivas à natureza (Machado, 2016, p. 45).

No Brasil, a proteção ambiental foi consolidada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, que garante o direito ao meio ambiente equilibrado, e pela Lei

¹ Bacharel em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas-ESBAM, Bacharel em Educação Física Pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Pós-graduado em Direito Constitucional pela Universidade Cândido Mendes-UCAM, Pós-graduado em Personal Trainer pela Universidade Internacional-UNINTER, Pós-graduado em Segurança Pública pela Faculdade IBRA, Graduando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA – e-mail: leoatn@hotmail.com link lattes: <http://lattes.cnpq.br/2989755546942315>;

² Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MArbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

³ Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁴ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

nº 9.605 de 1998, que define crimes e sanções ambientais (Brasil, 1988; Brasil, 1998).

Entretanto, a efetividade da norma enfrenta desafios, sobretudo em regiões remotas como a Terra Indígena Vale do Javari, onde a ausência de fiscalização e a impunidade favorecem atividades ilícitas, como o garimpo e o desmatamento (Silva, 2020, p. 112).

Em escala global, os crimes ambientais figuram entre os mais lucrativos, movimentando cerca de 258 bilhões de dólares por ano, conforme relatório da ONU (UNEP, 2022, p. 18). Esse cenário demonstra a urgência de medidas mais eficazes de prevenção e repressão.

O estudo parte da premissa de que a legislação ambiental brasileira é abrangente, mas carece de estrutura e integração entre os órgãos responsáveis por sua aplicação. Busca analisar a eficácia da responsabilização penal em áreas vulneráveis, destacando o caso do Vale do Javari como exemplo da fragilidade do Estado na proteção ambiental (Milaré, 2015, p. 67; Antunes, 2019, p. 233).

2. JUSTIFICATIVA

A relevância deste trabalho manifesta-se em três dimensões complementares: acadêmica, científica e social. No aspecto acadêmico, contribui para o fortalecimento das Academias de Direito da Amazônia, especialmente das instituições amazônidas, ao promover a reflexão crítica sobre a aplicação do Direito Penal Ambiental frente aos desafios regionais. No campo científico, amplia a produção de conhecimento voltada à compreensão da eficácia das normas ambientais e à necessidade de fortalecimento institucional para a proteção dos recursos naturais na Amazônia. Já no âmbito social, a pesquisa se destaca por abordar questões que afetam diretamente as comunidades amazônidas e indígenas, ressaltando a importância da preservação ambiental, da valorização dos territórios tradicionais e da implementação de políticas públicas sustentáveis que assegurem a justiça ambiental e a dignidade humana na região.

2. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender de que forma o Direito Penal Ambiental brasileiro contribui para a proteção dos territórios vulneráveis, tomando como referência a realidade da Terra Indígena Vale do Javari.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Descrever a evolução histórica e normativa do Direito Penal Ambiental no Brasil.

Identificar os principais obstáculos à efetividade da fiscalização ambiental na Amazônia.

Demonstrar o papel das instituições públicas na contenção dos crimes ambientais no Vale do Javari.

3. PROBLEMA E HIPÓTESE

O problema central desta pesquisa é compreender se o Direito Penal Ambiental brasileiro tem alcançado resultados concretos na proteção dos territórios vulneráveis da Amazônia, com destaque para o Vale do Javari.

Parte-se da hipótese de que, apesar da existência de uma legislação abrangente e consolidada, a carência de estrutura logística, a falta de integração entre os órgãos competentes e a ausência de políticas públicas permanentes comprometem a efetividade da proteção ambiental e a responsabilização dos infratores.

4. METODOLOGIA

A pesquisa tem natureza qualitativa e caráter exploratório. Utiliza como procedimentos a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso. As fontes bibliográficas incluem obras clássicas e contemporâneas sobre Direito Ambiental, além da Constituição Federal, da Lei nº 9.605/1998 e de normas complementares. Foram consultados relatórios oficiais do Instituto Socioambiental, da Polícia Federal, do IBAMA e da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, bem como dados operacionais do Comando de Policiamento Ambiental da PMAM. O estudo de caso sobre o Vale do Javari baseia-se em registros jornalísticos e documentos oficiais que retratam a realidade dos crimes ambientais na região. A metodologia segue as orientações de Gil e de Lakatos e Marconi, que defendem a importância de relacionar teoria e prática na compreensão de fenômenos sociais complexos, especialmente no contexto amazônico.

5. RESULTADOS

Com base nos objetivos propostos, os resultados evidenciam três aspectos principais.

Primeiro, a trajetória histórica do Direito Penal Ambiental no Brasil demonstra

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

um avanço gradual na proteção jurídica do meio ambiente, desde o período colonial até a consolidação da Lei nº 9.605/1998, que trouxe tipificações claras e mecanismos de responsabilização penal e administrativa.

Em seguida, identificou-se que os maiores obstáculos à efetividade da legislação estão relacionados à limitação de recursos logísticos e humanos, à extensão territorial da Amazônia e à ausência de presença contínua do Estado em regiões isoladas. Esse cenário favorece a atuação de grupos criminosos organizados voltados ao garimpo, à pesca e à extração ilegal de madeira.

Por fim, os dados operacionais do Comando de Policiamento Ambiental da PMAM e da Polícia Federal indicam avanços pontuais nas ações repressivas, especialmente entre 2023 e 2024, com aumento significativo nas apreensões de madeira, motosserras e animais silvestres. Esses resultados mostram que, quando há integração entre órgãos ambientais e forças de segurança, os impactos sobre o crime ambiental tornam-se mais expressivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que o Direito Penal Ambiental constitui um instrumento essencial para a proteção dos recursos naturais e a responsabilização de infratores. No entanto, a realidade amazônica revela que a simples existência de uma legislação rigorosa não garante sua efetividade. A falta de estrutura de fiscalização, a distância geográfica das áreas de conflito e a insuficiência de políticas públicas articuladas reduzem o alcance das ações estatais.

A hipótese inicial é confirmada, uma vez que a proteção ambiental depende não apenas das normas jurídicas, mas também da atuação integrada entre instituições públicas, comunidades locais e órgãos de segurança. A Terra Indígena Vale do Javari ilustra a urgência dessa integração, pois concentra os efeitos mais graves da omissão estatal e da exploração ilegal.

Como perspectiva futura, a pesquisa sugere o fortalecimento de mecanismos de cooperação interinstitucional, a ampliação do efetivo destinado à fiscalização ambiental e o investimento em tecnologias de monitoramento remoto. A proteção penal do meio ambiente deve ser entendida como um compromisso contínuo com a sustentabilidade e com a dignidade humana das populações amazônicas.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis
Artigo Científico

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 13. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Diário Oficial da União, Brasília, 13 fev. 1998.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.z'

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). The State of Knowledge of Crimes that have Serious Impacts on the Environment. Nairobi: UNEP, 2022.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Penal Ambiental; Amazônia; Crimes Ambientais; Vale do Javari; Proteção Ambiental.

KEY WORDS: Environmental Criminal Law; Amazon; Environmental Crimes; Vale do Javari; Environmental Protection.